



CIÊNCIAS HUMANAS

As ambiguidades discursivas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Os limites e possibilidades da agenda racial

The discursive ambiguity of former President Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). The limits and possibilities of racial schedule

Fernanda Barros Santo ¹

RESUMO

Este artigo objetiva analisar os discursos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) com vistas a descortinar a aproximação, à época, entre o líder político e a leitura democrática das relações entre negros e brancos no Brasil. Perspectiva esta suscitada no ensaio "*Casa-grande & Senzala*" (1933) de Gilberto Freyre (1900-1987). Cabe explicitar que pertinência da análise discursiva do ex-Presidente da República recai sobre as ambiguidades discursivas, cujas mesmas retratam o processo de ruptura e continuidade das iniquidades sociais gestadas sob o signo da "raça". O corpus *documental* do artigo discorre sobre as seguintes preleções: "Assinatura do Decreto que cria o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos e Dia Nacional de Valorização da Consciência Negra" (1996). Para metodologia, a pesquisa adota a teoria de Michael Foucault (1926-1984) concernente à obra "*A Ordem do Discurso*" (1996). Tendo em vista que nesta o sociólogo analisa que "em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjugar seus poderes e perigos, dominar seu caminho aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (FOUCAULT, 1966, p.9)².

Palavras-chave: negra, racismo, Brasil.

ABSTRACT

This article aims to analyze the speeches of President Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) in order to uncover the approach, the time between the political leader and democratic reading of relations between blacks and whites in Brazil. This prospect raised in the essay "The Masters and the Slaves" (1933) Gilberto Freyre (1900-1987). It is clear that the relevance of the discursive analysis of the former President of the Republic rests with the discursive ambiguity, which they portray the process of rupture and continuity of social inequities gestated under the sign of "race." The documentary corpus of the article discusses the following lectures: "Decree Signature creating the Interministerial Working Group for Promotion of the Black Population, International Seminar on Multiculturalism and Racism: the role of affirmative action in contemporary democratic states and National Day of Awareness Enhancement black Presidential Palace, November 20, 1996 ". For methodology, the research adopts the theory of Michel Foucault (1926-1984) concerning the work "The Speech

¹ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

² FOUCAULT, Michael. (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.)

of Order" (1996). Given that this sociologist analyzes that "in every society the production of discourse is at once controlled, selected, organized and redistributed by a number of procedures which are designed to conjure their powers and dangers, dominate its random way, dodge their heavy and formidable materiality" (Foucault, 1966, p.9).

Keywords: black, racism, Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva analisar e realçar os discursos acerca da questão racial suscitados pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), na década de 1990, no que tange as suas acomodações quanto à perspectiva da democracia racial, bem como sobre suas sentenças ambíguas. Neste aspecto, vale apontar que Gilberto Freyre (1900-1987) em "*Casa-Grande & Senzala*" (1933) inicia a convergência de premissas positivadas sobre a realidade brasileira. O *mister* entre as três raças (o índio, o branco e o negro) seriam figuras performativas basilares à conformação do *ethos* do brasileiro. Noutros termos, a docilidade, a plasticidade e a engenhosidade seriam características herdadas no processo de colonização. Deste modo, advém do contexto histórico a formação de uma sociedade multirracial e pacífica, à luz da teoria freyriana.

Os dissabores entre elementos antagônicos teriam sido escamoteados ou suavizados a partir das relações de concubinação, apadrinhamento e com seu ápice: a miscigenação.

As "*duas partes confraternizadoras*" senhor e escravo teriam se somado na construção da cultura brasileira a partir do ensinamento mútuo. Assim como, as insurreições, fugas, dilacerações físicas e morais também comporiam o enredo confeccionado por Freyre (FREYRE, 1933). Em última instância, o Nordeste patriarcal, monocultor e escravista seria uma metáfora do país. "*Os antagonismos equilibrados*" vislumbrados pelo estudioso em 1930, agora na década de 1990, sofreriam um processo de ruptura e permanência. Neste âmbito, o artigo pretende acompanhar os pronunciamentos tecidos pelo ex-Presidente, com vistas a identificar resíduos dos escritos de Freyre, bem como almeja tecer análises profícuas condizentes aos avanços e retrocessos da agenda racial.

Em continuidade, no que tange a metodologia, sob os ditames de Foucault (1926-1984) haveria a interdição dos sujeitos quanto a temas considerados tabus. Neste caso, a posição do Governo brasileiro em relação ao tema da raça tende a ser vista enquanto um tabu. Ao evocar sua especialização quanto à temática, Fernando Henrique fomentou uma "negociação velada" entre negros e brancos, com vistas a não fissura do tecido social. Ou seja, em termos de enfrentamento institucional e políticas de discriminação positiva para emancipação da população negra, a agenda caminhou a passos vagarosos.

Mediante o arcabouço teórico de Foucault, se observa que o discurso se afina a procedimentos conscientes de subordinação e construção da verdade. Assim como a composição discursiva impõe que não é tudo que se pode falar, bem como as circunstâncias recaem sobre a precisão histórica e material. Para além e acima disso, somente o sujeito privilegiado pode falar e a verdade irrefutável está nele. Paralelamente, o autor identifica no discurso o exercício do poder, pois as interdições que lhe são submetidas desvendam sua ligação com o desejo e o poder. Doutra modo, o conhecimento

conferido aos cientistas, aos sábios se concretizaria em poder para aqueles que detêm seu monopólio. Ademais, as considerações do autor apresentam os discursos enquanto mecanismos de enunciação, os quais possuem procedimentos internos tendentes ao controle e, sobretudo, princípios de classificação e ordenação, de distribuição, temporalidade (os acontecimentos e o acaso) estão abarcados nesta grade complexa. De maneira análoga, a historicidade do discurso proferido pelo Presidente Fernando Henrique, posterior a Marcha Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995, bem como o poder simbólico de integrantes do movimento, cujo exemplo de Benedita da Silva e Jesse Jackson presentes no ato discursivo do referido político.

Em confluência com os rituais de palavras, sociedades do discurso, grupos doutrinários e apropriações sociais podem ser identificadas na confecção dos discursos. Neste sentido, o fio condutor desta pesquisa permite descortinar que os rituais de palavras escamoteiam ou mitigam teses já fundamentadas a respeito do assunto em tela, bem como possibilitam a interpenetração de sujeitos que se conectam ao discurso e ratificam a apropriação dos discursos por certas categorias de sujeito. Doutra forma, Foucault ao “propor uma verdade ideal como lei do discurso e uma racionalidade imanente como princípio de seu desenvolvimento, reconduzindo também uma ética do conhecimento que só promete a verdade ao próprio desejo da verdade e somente ao poder de pensá-la”. Neste âmbito, o discurso revela o saber e o poder condizente ao controle e tutela dos grupos (FOUCAULT, 1996, p.45). Em concomitância, todo este processo sedimenta a fala de Fernando Henrique Cardoso quanto ao seu conhecimento e comprometimento com a questão racial no Brasil. Haja vista sua carreira como sociólogo e suas produções convergentes às relações raciais no Brasil. Sendo assim, prosseguiremos com a perspectiva analítica dos discursos do ex-Presidente.

2. ASSINATURA DO DECRETO QUE CRIA O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL PARA VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

Em 20 de novembro de 1995, ao criar o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra no Palácio do Planalto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o compromisso de dialogar com os movimentos negros do Brasil³. Naquele momento, o líder político, ao lado da ex-Senadora Benedita da Silva, participou da comemoração aos 300 anos de Zumbi dos Palmares. Ademais, declarou que estivera na União dos Palmares, reconheceu a importância do panteão dos heróis nacionais, a exemplo de Zumbi. Por fim, vislumbrou neste um ícone lutador pela liberdade. Em seus termos:

Nesta manhã, acompanhado pela senadora Benedita da Silva e pelos ministros da Educação, da Cultura e dos Esportes, estivemos em União dos Palmares para que ficasse bem claro que o Governo, pelo presidente da República, assumia Zumbi como integrante do panteão dos heróis brasileiros, Zumbi, como símbolo de um lutador pela liberdade (BRASIL, 1995).

Neste caso, a proximidade com o elemento aglutinador da identidade cultural negra esclareceu a forma com que o Estado discutiria à questão racial. Em outros termos, ao esquadriharmos este discurso do Presidente, sob as lentes de Foucault, observamos que ao interagir com elementos

³ Quais sejam estes: Lélia Gonzáles, Beatriz do Nascimento (líderes das mulheres negras), Hélio Santos, Abdias Nascimento, Agentes de Pastoral Negros (APN's), Cenarab (Escola de Empreendimento Solidário do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira), MPR (Movimento pelas Reparações dos Descendentes de Africanos), Central de Movimentos Populares, CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), Comunidades Negras Rurais, CUT (Central Única dos Trabalhadores) sob liderança de Vicentino, Força Sindical, Fórum Nacional de Entidades Negras, Fórum de Mulheres Negras, MNU (Movimento Negro Unificado), Movimento pelas Reparações, Senun (Seminário Nacional dos Universitários Negros), Unegro (União de Negros Pela Igualdade), Grucon (Grupo de União e Consciência Negra).

simbólicos da identidade negra foram construídos os possíveis “canais de diálogo” e a legitimidade da cultura africana, ou seja, “agasalhada pelo Estado” a identidade racial, em dissonância com a identidade nacional, tomaria notoriedade na mirada brasileira. E, seguindo as prescrições de Foucault, a ênfase sobre a história africana rarefeita na preleção do Presidente faria do país multicultural. Haja vista a perícia e a técnica de Fernando Henrique em congregar produções culturais hierarquizadas e diferenciadas em torno de um propósito maior: a pátria.

Cabe aqui rememorar que a militante Benedita da Silva era afiliada ao Partido dos Trabalhadores de longas datas, em 1982 fora eleita vereadora do Rio de Janeiro, bem como foi deputada duas vezes. Em 1994 se tornou a primeira senadora negra do país (RIOS, 2014)⁴.

Este fato expõe a estratégia de aproximação do líder nacional com a figura exponencial do movimento negro, bem como a tentativa de convívio com o movimento. Principalmente porque Benedita da Silva reunia a agenda racial, de gênero e de classe, no que tange os moradores dos bairros periféricos dos centros urbanos. Ao trazer a senadora, Fernando H. Cardoso ainda limitava na arena política as divergências históricas entre PT e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em consonância, ao reconhecer Zumbi dos Palmares como herói nacional trouxe para a esfera institucional a petição do movimento negro deste a Frente Negra Brasileira (1931) e o Movimento Negro Unificado (1978), qual seja, a valorização da resistência negra conferida na construção dos quilombos, bem como com a aclamação dos ícones da identidade negra. Contudo, importa destacar que a autora desta criação foi a então Deputada Benedita da Silva (PT/RJ) a partir do Projeto de Lei nº1.911/1996, por ocasião do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. Ainda neste escopo, cabe mencionar que o episódio narrado pelo ex-Presidente não explicita as origens políticas dos marcos simbólicos e não explicita as iniciativas de militantes negros no campo político. Ou mesmo, estabelece a relação entre movimento negro e Estado.

Proporcionalmente, em seu discurso buscou atrelar sua trajetória acadêmica até a sua posição política para promoção da igualdade racial. Mais uma vez rechaçando a descrição de Foucault quanto ao discurso, qual seja, existem tabus para o discurso, tendo em vista que não é tudo que pode ser dito por qualquer pessoa, em qualquer lugar.

Desse modo, ao longo do discurso elencou ações empíricas que denotariam seu esforço em torno da pauta racial. Nas suas palavras:

Sou comprometido pessoalmente com os estudos da questão negra no Brasil. Escrevi dois livros sobre a matéria, na época em que se mantinha a idéia de que, no Brasil, não havia um problema negro e que não havia discriminação racial. Com o professor Florestan Fernandes e com Otávio Ianni, sob a inspiração de Roger Bastide, fizemos pesquisas que mostraram o oposto: havia preconceito, havia discriminação. E para que pudesse se concretizar o ideal de democratização do Brasil implicaria que os que lutam pela democracia e pela liberdade, assumissem também a luta em favor da igualdade racial (BRASIL, 1995, p.96).⁵

⁴ RIOS, Flávia Mateus. **Elite Política Negra no Brasil**. Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Maio de 2014, São Paulo.

⁵ BRASIL. Construindo a Democracia racial brasileira. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria de Comunicação Social. Biblioteca da Presidência. 1998. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes-1/construindo-a-democracia-racial> Acesso em:10/01-2010.

Retomando mais uma vez a orientação concernente à análise discursiva proposta por Foucault e reconduzindo a ideia “da ética do conhecimento que só promete a verdade ao próprio desejo da verdade e somente ao poder de pensá-la” (FOUCAULT, 1996, p.45). Sob este ângulo, o ex-Presidente declarou certa *expertise* acerca do compósito racial que o indicaria a proposição de saídas às iniquidades raciais.

Em termos pragmáticos, Fernando Henrique informou que mantinha ligações com setores da comunidade negra, versou sobre a criação do Grupo de Trabalho Interministerial e por último, a reativação da Fundação Palmares (sob tutela do Ministério da Educação e da Cultura), cuja finalidade residiria na promoção e na valorização da cultura e arte afro-brasileira. Vale salientar que a Fundação Palmares foi criada em 22 de agosto de 1988, sob liderança de José Sarney (1985-199). Após a criação, a Fundação Palmares recebeu inúmeras críticas do movimento negro, visto que o objetivo principal era que a instituição promovesse políticas públicas voltadas à população negra, no âmbito da saúde, moradia, acesso à terra, descriminalização do aborto, discriminação no mercado de trabalho, violência policial e etc. Distanciando-se das diretrizes tomadas pelo Governo de vertente estritamente cultural (RIOS, 2014).

Ainda neste viés, o líder político ainda disse que atuaria na certificação de comunidades quilombolas. Neste quesito, ao conferir a certificação das comunidades de remanescentes quilombolas escamoteou a processo lento e administrativo entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Palmares. Em outros termos, o primeiro elabora um estudo da área, para posterior confecção de um relatório técnico, que pode sofrer indeferimento por eventuais contestações. A fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada. O segundo órgão governamental corrobora ao reconhecimento da identidade quilombola no processo de titulação (BRASIL, 1996).

A problemática da certificação reside na lentidão do reconhecimento, desapropriação de áreas já em uso, certificação sujeita a contestação por grandes empreendimentos imobiliários, mineradoras, ruralistas e até governamentais, no caso de áreas consideradas militares da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro. Todos estes agravantes tornam letárgico o processo de titulação das terras.

Por último, ao longo do discurso, mencionou a requisição da inclusão do ensino de História da África e Afro-brasileira nas escolas, a partir da Lei 10.639/03. Em linhas gerais, descolou do próprio movimento seu protagonismo, ao arregimentar símbolos e a militância política de parte do movimento. Não só a simbologia enquanto recurso do movimento, mas também as demandas de urgência do movimento, a exemplo da lei supracitada. Em coerência com a carta de princípios do Movimento Negro Unificado (MNU)⁶.

Em prosseguimento, Fernando Henrique ainda realçou a existência de leis que combatem a discriminação racial, porém asseverou a necessidade de órgãos fiscalizadores do cumprimento destas

⁶ Carta de princípios do movimento negro unificado, disponível em <https://movimentonegrounificadoba.files.wordpress.com/.../carta-de-princc3adpios-do...> Acesso em: 02/02/2016.

leis. No que diz respeito a este diagnóstico, refutou a perspectiva de inércia das ações governamentais contra a discriminação racial, desse modo, a ineficácia dos mecanismos fiscalizadores seriam os responsáveis pela problemática racial. O que poderia ser complementado com ações pedagógicas na luta contra o racismo.

Penal brasileiro e o segundo previsto na Lei n. 7.716/1989 da Carta Magna de 1988. A primeira revela que injúria racial consiste em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem. De acordo com o Código Penal, a pena estabelece a reclusão de um a três anos com multa. Por outro lado, o crime de racismo atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda a integralidade de uma raça. Ao contrário da injúria racial, o crime de racismo é inafiançável e imprescritível, previsto na Lei 7.716/1989 e implica uma conduta discriminatória dirigida a um determinado grupo ou coletividade. Em linhas gerais, nas referidas leis o conteúdo moral de combate ao racismo é evidente. Porém, o sistema judiciário brasileiro tende a imputar, de modo recorrente, a punição por injúria racial, quando a ação do infrator se reporta a coletividade. Sobretudo quanto a sua incidência sobre indivíduos pretos e pardos (a). De acordo com Santos (2015):

É preciso lembrar que todos os argumentos utilizados para justificar a escravidão se basearam na desumanização do outro e na transformação de diferenças em hierarquias naturalizadas. Considerando-se que os negros são tomados como um grupo, esses pejorativos são generalizados a todos os negros. Por isso, podemos concluir que não se tratava, em qualquer dos casos nos quais esses insultos foram utilizados, de ofensas individuais a honra de alguma pessoa, e sim de um modo de atualizar o lugar que o agressor supunha que o negro deveria ocupar na sociedade. Tratava-se de racismo (não importando que ocorresse entre conhecidos, vizinhos ou desconhecidos). (SANTOS, 2015, p.201).⁷

Ao fim e ao cabo buscou resgatar o ideal de democracia racial e combateu lutas a favor da discriminação positiva, na sua voz:

Acredito que hoje temos condições de ampliar as instâncias nas quais esses temas serão debatidos. Sempre dentro da perspectiva democrática, sempre dentro da perspectiva da tolerância. Não aceitando nenhuma forma de racismo, nem mesmo o racismo para valorizar a raça que está sendo discriminada porque isso resulta também numa coisa negativa. Tem que ser uma posição afirmativa e não de negação da existência de diferenças e discriminações. Tudo isso dentro de uma perspectiva, como disse o Professor Hélio Santos, de cidadania e de democracia. (BRASIL, 1995, p.8).

Ainda sob este *locus* de apreciação, Fernando Henrique observou a cordialidade brasileira, em termos culturais, examinou que esta impediria a compreensão ou o enfrentamento das formas sutis de discriminação. Ao desenvolver este parecer reivindicou *ethos* cultural do brasileiro como principal responsável pelo racismo. Em nenhum momento ele realçou a necessidade de medidas enérgicas para o enfrentamento do racismo à moda brasileira, corroborando a tese de Foucault concernente ao discurso se distanciar dos tabus, principalmente aqueles relativos à raça. Ou seja, a luta em prol da igualdade entre brancos e não-brancos se constituiria em um assunto restrito a ala acadêmica, bem

⁷ SANTOS, Gislene Aparecida dos. Nem crime, nem castigo: o racismo na percepção do judiciário e das vítimas de atos de discriminação. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 184-207, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00184.pdf> Acesso em: 01/09/2015

como aos movimentos sociais negro. Destarte, as resoluções governamentais se alinhariam as ações comedidas e de preservação da miscigenação cultural enquanto ideal a ser atingido.

Em certa medida, nas suas indagações, ele versou sobre a questão social também, ou seja, ponderou a ideia de maiores investimentos na educação básica e na valorização do corpo docente de todo Brasil. Sob seu ponto de vista, a igualdade de oportunidades só viria se acompanhada de modificação e investimentos no sistema educacional. Haja vista que o racismo estaria atrelado, a seu ver, às condições socioeconômicas da população negra. Ao fim e ao cabo, nas suas elucubrações entendeu que o problema seria de fulcro sociocultural (BRASIL, 1996)⁸. Nesta parte do discurso, Fernando Henrique recupera a análise de Florestan Fernandes (1920-1995) em "*Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*" (1955)⁹ de que o preconceito racial no Brasil é de fulcro social e não racial. À medida que o processo de modernização, via industrialização da economia, acomodasse os sujeitos a partir do mérito e das suas qualificações. Sendo assim, a questão racial não mais se tornaria impedimento para incorporação do "indivíduo de cor".

O que insere a leitura da mobilidade social da população negra a partir do acúmulo do capital cultural. Ao oferecer esta solução para agenda racial tornou letárgico a averiguação de que as barreiras do racismo impedem a continuidade da ascensão social do indivíduo preto ou pardo (a). Ou seja, no Brasil o monopólio das principais vias de acesso a bens e poder se constituem ferramentas para estagnação do grupo. De acordo com Carlos Hasenbalg (2005) ainda que brancos e negros recebessem a mesma educação, as hierarquias raciais conformariam a população negra em posições estanques. Tanto na esfera educacional, quanto no mercado de trabalho. Por fim, na permanência das classes médias negras nas futuras gerações. Doutra forma, a dominação do grupo não-branco se faz na revitalização das distinções salariais e na ausência do grupo em cargos de chefia, tanto na iniciativa privada, quanto na iniciativa pública (HASENBALG, 2005)¹⁰.

Em última análise, Fernando Henrique postulou que o caminho para resolução do racismo no país passaria pelo diálogo entre o Governo e sociedade. Ao destacarmos este enunciado, subjacente ao caminho proposto pelo ex-presidente está em voga a redução do papel desempenhado pelo Estado para diluição das desigualdades sociais, ou seja, ficara explícita a descontinuidade do Estado-providência e a proposição da gestão das problemáticas sociais com a parceria entre Estado e sociedade. Em suas palavras: "Não tenhamos ilusões. Não se resolve isso de um momento para o outro porque é um problema cultural, e é um problema social. Não é um problema que o Governo resolva sozinho. A sociedade, junto com o governo, tem que resolver." (BRASIL, 1996, p.31). No jogo de palavras, à luz de Foucault, notamos a complexidade desta parceria com a sociedade civil ascende a polêmica. Quais atores sociais fariam parte da sociedade civil? O movimento negro, as ONGs, ou mesmo, as entidades de classe, bem como os sindicatos. Quais os recursos disponibilizados pelo governo a esta diversidade de novos atores sociais em questão?

O ápice discursivo do Presidente se deu quando argumentou a respeito das medidas compensatórias, Fernando Henrique se disse aberto ao debate, mas receoso quanto à entrada da temática na agenda pública. A seu ver, este seria uma agenda bélica relativa às classificações identitárias concernentes a

⁸ BRASIL. Construindo a Democracia racial brasileira. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria de Comunicação Social. Biblioteca da Presidência. 1998. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes-1/construindo-a-democracia-racial> Acesso em:10/01-2010.

⁹ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. UNESCO, 1955.

¹⁰ HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. 2ª Edição.

cor que impossibilitariam políticas públicas específicas. Se referindo a querela quanto ao conceito de raça, em seu sentido biológico e social. Tendo em vista que os efeitos sociais da cor recaem sobre a maioria da população preta e parda. Concomitantemente, o Presidente ao comparar os Estados Unidos identificou o retrocesso destas medidas, sobretudo no Estados do Sul, a exemplo do Texas e Califórnia, haja vista as novas demandas identitárias (povos latino-americanos e asiáticos) que requisitariam as políticas públicas preditas. Neste aspecto, este atestou a existência de setores brasileiros avessos a esta ideia, sem dizer quais seriam. Em alusão a crítica de Foucault no que diz respeito ao discurso, para ele os discursos sofrem influências de regras sociais, institucionais e detentoras de saber que, por sua vez, garantem aos discursos o poder de ser aceito como algo válido (FOUCAULT, 1996, p.10).

Em suma, embora no documento oficial da República, Fernando Henrique tenha confirmado o enunciado que Zumbi dos Palmares representaria a luta da população negra, não promoveu grandes avanços no campo das políticas públicas focais. A criação do Grupo de Trabalho Interministerial voltado para população negra, bem como o reconhecimento de Comunidades quilombolas se conformaram mais em ações pontuais, do que na acomodação parcial dos propósitos dos líderes da Marcha Zumbi dos Palmares.

2.1. Seminário Internacional "Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos"

Em 2 de julho de 1996, ocorreu no Palácio do Planalto o Seminário Internacional "Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos". Neste evento, o ex-Presidente enfatizou a perspectiva multirracial da sociedade brasileira, bem como afirmou haver preconceito racial no país. Neste âmbito, o político deslocou o conceito de multirracial para exemplificar os efeitos da miscigenação sobre a população, descaracterizando, portanto, quaisquer medidas de fulcro identitário. Haja vista, sob sua análise, a complexidade da formação cultural da nação.

Além disto, ao sondarmos o discurso do ex-Presidente, identificamos a sugestão que ofereceu para lidarmos com o tema da democracia racial. Sob seu olhar, as relações raciais que se processariam no Brasil estariam distantes da realidade vivida alhures, por isso o líder político preconizou a ideia de não importarmos modelos exógenos ao cenário nacional.

Por isso, nas soluções para esses problemas não devemos simplesmente imitar. Temos que usar a criatividade. A nossa ambiguidade, as características não cartesianas do Brasil, que dificultam em tantos aspectos também podem ajudar em outros. Devemos buscar soluções que não sejam pura e simplesmente a repetição, a cópia de soluções imaginadas para situações onde também há discriminação, onde também há preconceito, mas num contexto diferente do nosso. É melhor, portanto, buscarmos uma solução mais imaginativa (BRASIL, 1996, p.8)¹¹.

A citação acima reverbera o argumento do Presidente Fernando Henrique alusivo aos predicados morais que conformariam o *ethos* do brasileiro. Por este ângulo, na exarcebação da criatividade foi

¹¹ BRASIL. Seminário Internacional "Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos" Palácio do Planalto, 2 de julho de 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/construindo-a-democracia-racial> Acesso em: 01/02/2010

escamoteada o processo estrutural de racismo que abarcaria o cotidiano dos não-brancos em diversas partes do globo. Ou mesmo, seguindo o raciocínio de Foucault incorreu na tentativa de materializar no discurso a conciliação entre valores conflitantes: a identidade negra e o mito da democracia racial.

Principalmente, na tentativa de atenuar os problemas das sociedades contemporâneas democráticas e liberais que tendem a recorrer ao caráter meritocrático e individual a aquisição dos direitos sociais básicos. Em outros termos, as políticas de reconhecimento evocam para além da categoria "identidade" a substancialidade da lei e a dignidade humana. Em adendo, em contraposição aos princípios abstratos e gerais das constituições nacionais. Desse modo, a lógica argumentativa do teórico tornou inócua as petições dos movimentos sociais preditos, simultaneamente, indicou "fórmulas imaginativas" para solução da desigualdade racial.

2.2. Cerimônia de Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra

Anteriormente, em 27 de fevereiro de 1996, no Palácio do Planalto houve a comemoração do Grupo Interministerial da População Negra. À época, as declarações do Presidente estiveram calcadas no enaltecimento da sociedade multirracial, bem como na compreensão de que os dilemas da discriminação estariam atrelados à cultura e ao social.

Ao mesmo tempo em que contemplou a diversidade e condecorou a presença das raízes africanas como constituinte do povo brasileiro, descredenciou propostas de caráter racial. Em simetria, avaliou que os males da modernidade residiriam na intolerância. Esta última teria produzido o racismo. Retomando a formatação estatal da década de 1930 e as leituras de Gilberto Freyre de exaltação da tríade caldeada (negro, índio e o português) confirmou que nossa riqueza estaria nas diferenças entre os agentes formadores da identidade brasileira. Neste aspecto, ao consagrar o mito fundacional das três raças, o estudioso obscureceu as mazelas sociais produzidas pelo modo de produção e arranjo organizacional da sociedade portuguesa. Por isso, para o político, tais diferenças não poderiam ser vetor de formulação de uma agenda focal de fundo racial, ou mesmo, para promoção de "privilégios". Em suas palavras:

Eis aí, realmente, uma ameaça para a civilização contemporânea. É por esse tipo de apelo, que é irracional, que nós aqui fazemos questão, no Brasil, de dizer que nós somos o oposto disso. Nós valorizamos a existência de muitas raças entre nós. Cada uma com suas características, todas com a capacidade de desenvolver uma vida em comum e de não fazer das suas diferenças motivo para privilégio. E isso é muito importante (BRASIL, 1996, p.5).

Em analogia à Freyre, Fernando Henrique retomou a perspectiva de "antagonismos equilibrados", ou seja, as ambigüidades entre negros e brancos que se desenrolam nas práticas culturais e sociais, cujas mesmas não deveriam promover cisões de ordem bipolar na sociedade brasileira. Sob sua assertiva:

Não devemos, não obstante, exagerar nessa crítica e auto-crítica. Se é verdade que existe um lado de hipocrisia, há outro lado que é de abertura. Convivemos com essa ambigüidade na nossa formação cultural. E é preciso tirar o proveito dessa ambigüidade. Não sei se será por temperamento, mas não gosto das coisas muito cartesianas. Acho que as coisas mais ambíguas

são melhores. Quando não existe muita clareza, talvez seja mais fácil. Muitas vezes a clareza separa demais (BRASIL, 1996, p.47).¹²

Convém explicitar que distoando do debate suscitado por Freyre, na atualidade, Guimarães (1999) enriquece a discussão ao ponderar que “raça” é uma categoria criada por teóricos do século XVIII, veiculada pelo determinismo biológico do século XIX em nome da divisão hierárquica da humanidade. Julga-se, ao mesmo tempo, que as categorias produzidas pelo racismo científico seriam transformadas em instrumentos privilegiados da luta anti-racista. À vista disso, o autor percebe “a necessidade de teorizar as ‘raças’ como elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (GUIMARÃES, 1999, p.64)¹³. De todo modo, a ideia era de desnaturalização da raça enquanto conceito biológico e fomentar seu caráter sociológico, como instrumento identitário a ser politizado em nome de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em perspectiva comparada, Peter Fry (1996) refutou tal premissa e identificou que:

O Brasil vive “surtos” de particularismo dentro de seu universalismo constitucional e consentido; mas nem por isso precisamos descartar a “democracia racial” como ideologia falsa. Como mito, no sentido em que os antropólogos empregam o termo, é um conjunto de ideias e valores poderosos que fazem com que o Brasil seja o “Brasil”, para aproveitar expressão de Roberto da Matta. Como tal, é seguramente nada desinteressante num mundo assolado pelos particularismos “raciais”, “étnicos” e “sexuais” que alhures produzem sofrimento e morte no pretensão caminho da igualdade (FRY, 1996, p.134).¹⁴

Em comparação à Peter Fry, Ivonne Maggie (2005) acrescentou que:

“certo ou errado nosso mito de origem fala que nós, brasileiros, somos um povo que veio de três “raças” diversas que aqui se uniram para plantar uma nova civilização. Macunaíma é o herói sem caráter porque estamos ainda, como disse Mário de Andrade lá pelos idos de 1928, como meninos de 20 anos buscando a nossa identidade. Como fazer para lançar esse mito por terra? Teríamos que reinventar o mito de Macunaíma e fazer como na brincadeira séria de Richard Morse (1990) um herói com bastante caráter?” (MAGGIE, 2005, p.16).¹⁵

Em última análise, a convergência de ideias produziu a visão culturalista da diversidade étnica brasileira enquanto ideal a ser atingido pela nação. Ou seja, de acordo com Jessé de Souza:

“O ganho desse tipo de perspectiva é precisamente o fato de ter possibilitado interpretar a formação social brasileira como uma experiência ambígua, com aspectos positivos e negativos. E nesse desiderato ele é, ainda hoje, um quase solitário. Porque a superação entre nós do paradigma racista pelo cultural nas primeiras décadas do século XX, processo do qual ele próprio foi um dos

¹² BRASIL. Discurso Presidência da República. Discurso na abertura do seminário internacional -"Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos". PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA. DF. 2 DE JULHO DE 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/fbarros245/Desktop/02-07-1996%20Discurso%20FHC%20no%20semin%C3%A1rio%20internacional%20sobre%20o%20papel%20da%20a%C3%A7%C3%A3o%20afirmativa%20nos%20estados%20democr%C3%A1ticos%20contempor%C3%A2neos.pdf> Acesso em: 02/02/2016.

¹³ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 1999.

¹⁴ FRY, Peter. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil. REVISTA USP, SÃO PAULO (28) : 122-135, DEZEMBRO / FEVEREIRO 95 / 96. Disponível em: <file:///C:/Users/fbarros245/Desktop/28369-33027-1-SM.pdf> Acesso em: 02/02/2016.

¹⁵ MAGGIE, Ivonne. Mario de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão. RBCS Vol. 20 nº. 58 junho/2005 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v20n58/25626.pdf> Acesso em: 02/02/2015.

pioneiros, se, por um lado, efetivamente elevou a reflexão nacional ao *standard* científico dominante internacionalmente nessa época, por outro, manteve o mesmo pressuposto de uma absoluta positividade, agora cultural e institucional e não mais racial, da qual a experiência brasileira seria apenas um desvio.” (SOUZA, 2000, p.15).¹⁶

2.3. Dia Nacional de Valorização da Consciência Negra Palácio do Planalto, 20 de novembro de 1996

Este pode ser considerado o documento *sine qua non* do balanço da questão racial no Brasil. Principalmente pelo conteúdo complexo e ambíguo. Haja vista sua proposta de conciliação de interesses difusos entre as demandas do Movimento Negro e o ideal pacífico das relações sociais na sociedade brasileira. Primeiramente, recorreu ao ícone da cultura afro-brasileira, Zumbi dos Palmares, e explicitou que a luta não foi somente em prol dos escravos e seus descendentes. Para Fernando Henrique foi “em favor de toda nação, de todo brasileiro” (BRASIL, 1996, p.490)¹⁷. Por isso, daquele momento em diante este seria um herói nacional. Além disto, citou que aquele era um ato simbólico não só no que tange a valorização do dia da Consciência Negra, mas também com a entrega de terras aos remanescentes quilombolas.

Em confluência, distinguiu e agradeceu a participação especial do ativista político, líder americano dos Direitos Civis em (1965) e sociólogo Jesse Louis Jackson¹⁸ no local. Nestes meandros, a presença de Jesse Louis Jackson no dia nacional de comemoração da consciência negra não pareceu convergir para uma coincidência, conforme relatou o Presidente Fernando Henrique. Embora o momento fosse emblemático para a realidade brasileira, a presença do ativista negro tornou dúbio a exposição oral do presidente, sobretudo no tocante à introdução das ações afirmativas no país.

Fernando Henrique voltou a defender que esta não era uma luta da minoria, mas sim da maioria. Além disso, especificou que a nacionalidade brasileira deve estar acima da diluição do tecido social. Contudo, contrariando a realidade brasileira ao convidar Jesse Jackson para data criou uma leitura complexa dos objetivos do Governo em relação às questões raciais. Tendo em vista o cenário estadunidense em que o quesito raça foi conceito primordial para confecção de políticas focalizadas.

Sob viés histórico, após a Guerra de Secessão entre o Norte e Sul dos Estados Unidos em 1861, no qual o Sul se emancipou e formou os Estados Confederados da América fora reivindicado a continuidade da escravidão dos afro-americanos. Contudo, segundo Moço (2011), somente em 1913 que o Sul obteve êxito em seus objetivos. O primeiro presidente sulista Woodrow Wilson (1856-1924)

¹⁶ SOUZA, Jessé de. Democracia racial e multiculturalismo: ambivalência e singularidade cultural brasileira. Estudos Afro-asiáticos, n.º 38 Rio de Janeiro, dezembro de 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200007 Acesso em:01/02/2014.

¹⁷ BRASIL. Discurso da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1996-1/78%20-%20Discurso%20na%20cerimonia%20comemorativa%20do%20Dia%20Nacional%20de%20Valorizacao%20da%20Consciencia%20Negra%20-%20Palacio%20do%20Planalto%20-%20Brasilia%20-%20Distrito%20Federal%20-%2020-11-1996.pdf> Acesso em:02/02/2015

¹⁸ Cabe mencionar que Jesse Jackson esteve ao lado do Pastor protestante e ativista político Martin Luther King Jr. (1929-1968) nas passeatas pelo fim das Leis de segregação racial nos Estados Unidos, sobretudo no Alabama na cidade de Selma. Em paralelo, em meados de 1997 foi Senador do Distrito de Columbia nos Estados Unidos, o segundo negro a se candidatar a Presidência dos Estados Unidos pelo Partido dos Democratas em 1984. O seu histórico de ativismo e pacificação é notável no contexto nacional e internacional. Entre 1980 e 1990. Jesse L. Jackson fez pessoalmente uma visita e apelo ao Presidente da Síria Hafez Al-Assad para pedir a liberdade de um piloto americano capturado pelas forças armadas sírias. Após este gesto heroico foi convidado a Casa Branca pelo Presidente Ronald Reagan (1984) para recepção de agradecimentos. Posteriormente, viajou a Cuba a convite do Presidente Fidel Castro para solicitar a liberdade de 22 americanos presos. Em adendo, em 1991 prosseguiu para o Iraque para pedir ao ex-Presidente do Iraque Saddam Hussein que americanos, britânicos fossem postos em liberdade dado o panorama da Guerra do Golfo Pérsico.

implantou um programa agressivo de segregação racial nos departamentos públicos, a começar pelos Correios (MOÇO, 2011)¹⁹.

Em breves linhas, as leis segregacionistas legitimaram um estatuto assimétrico aos não-brancos nos espaços públicos (escolas, universidades, transporte público e outros) e, concomitantemente, o racismo promulgava práticas discriminatórias e agressivas ao descendente de escravos. Os atos recaíam desde os linchamentos até a proibição do casamento entre negros e brancos. Diante deste cenário, em meados da década de 1950, intelectuais e ativistas negros iniciaram uma campanha pelo fim das Leis segregacionistas, as chamadas Leis de *Jim Crow* (1876-1965). O Movimento negro norte-americano obteve êxito com a criação do *Civil Right Act* (1964) que revogava as leis de *Jim Crow* e fomentava o estatuto da igualdade racial a partir das políticas afirmativas (MIDDLE TENNESSEE)²⁰.

Em continuação, a crença do Chefe de Estado recaiu sobre a construção de uma sociedade multicultural, bem como a nação seria conhecida interna e externamente como multirracial, a seu ver, este seria nosso maior orgulho. Igualmente, mencionou que esta não seria uma peculiaridade brasileira também representaria uma riqueza mundial a exemplo: Estados Unidos, África do Sul e Angola. Neste eixo, descortinou a diversidade cultural enquanto patrimônio da humanidade. E refutando as assimetrias gestadas sobre o signo das diferenças raciais, enxergou a resolução da questão racial na África do Sul um modelo a ser seguido.

Neste ponto, convém examinar que Nelson Rolihlala Madiba Mandela (1918-2013) ao se tornar Presidente da África do Sul (1994-1999) buscou conciliar interesses difusos entre brancos, negros, mestiços, bem como indianos no território africano. Haja vista o contexto histórico do *apartheid* racial erigido pelos *afrikaners* (Partido Nacional) composto pelos "brancos" contra as minorias étnico-raciais sul-africanas (1948-1994). Se contrapondo às premissas do movimento social negro de separação racial dos brancos, Mandela articulou a perspectiva do arco-íris na construção da nação, ou seja, união entre todos habitantes da África do Sul em prol do desenvolvimento e unidade da pátria. E principalmente, requisitou o perdão das atrocidades cometidas no regime do *apartheid* como medida que pressupunha o bem maior que seria o desenvolvimento social e econômico da nação.

Em síntese, de modo articulado e ordenado Fernando Henrique se ajustou as determinações de Foucault a respeito do discurso. Em outros termos, gradativamente expurgou do imaginário brasileiro a contestação acerca da raça e incitou a reformulação da experiência brasileira. Na comparação e produção de diferenças entre países ratificou no cenário nacional a singularidade a nível global. Além disso, o político se apropriou de uma sequência lógico-argumentativa pautada em fatos sociais que tornava a refutação impertinente. E, dessa maneira, o estadista se comprometeu ao papel e representação política esperada por ele naquele período. Neste aspecto, na mediação entre grupos dicotômicos articulou a partir do discurso de solidificação das três raças a possibilidade de sua governabilidade. Tendo em vista as facções antagonicas a sua liderança presidencial.

¹⁹ MOÇO, Aline Campos Paiva. Os 150 anos do início da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América: resistências, memória e esquecimento. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311984_ARQUIVO_AnaisANPUH2011.pdf Acesso em: 01/01/2010.

²⁰ MIDDLE TENNESSEE. STATE UNIVERSITY. PRIMARY SOURCE SET: JIM CROW IN AMERICA . Library Congress. Disponível em: http://library.mtsu.edu/tps/sets/Primary_Source_Set--Jim_Crow_in_America.pdf Acesso em: 01/01/2010

Fernando Henrique asseverou que o Estado nacional só seria construído sem ressentimentos, os olhos voltados para o futuro, bem como Zumbi e a legitimidade dos quilombos refletiria esta ênfase governamental de se pensar um Brasil democrático. A seguir as propostas que lançou sobre o futuro:

Não queremos que essa perspectiva prevaleça. Acho que a complexidade da nossa formação cultural deve ser usada de uma maneira criativa. Aqui temos discriminação, aqui temos preconceito, mas as aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá. Ou seja, não é o mesmo tipo de discriminação, não é o mesmo tipo de preconceito de outras formações culturais. Por isso, nas soluções para esses problemas não devemos simplesmente imitar. Temos que usar a criatividade. A nossa ambiguidade, as características não cartesianas do Brasil, que dificultam em tantos aspectos também podem ajudar em outros. Devemos buscar soluções que não sejam pura e simplesmente a repetição, a cópia de soluções imaginadas para situações onde também há discriminação, onde também há preconceito, mas num contexto diferente do nosso. É melhor, portanto, buscarmos uma solução mais imaginativa (BRASIL, 1996, p.47).²¹

Dessarte, ao finalizar o estudioso afirmou que a sociedade brasileira almeja é “o prevalecimento de um espírito de luta afirmativa, cujas diferenças não sejam principal norteador de políticas entre nós”. O termo “ação afirmativa”, “discriminação positiva” desaparece em sua preleção e nasce o termo “luta afirmativa”. No jogo de palavras a mudança de termos desencadeados pelo Presidente, sob análise política, instigou a idealização da solução imaginativa para os dissabores gestados pela herança da escravidão. Cabe circunscrever a significação de “ação afirmativa” e “discriminação positiva”. A primeira explicita que “são medidas especiais e concretas para assegurar como convier o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos do homem e das liberdades fundamentais”. Paralelamente, nas elucubrações da 2ª, II, da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, da Organização das Nações Unidas (ONU, 1995, p.3)²². Em comparação, a segunda diz respeito à necessidade de discriminar positivamente em favor dos socialmente desprivilegiados. Ou mesmo, a possibilidade de tratar de forma desigual aqueles que são historicamente desiguais. A exemplo do movimento nacionalista liderado por Mahatma Gandhi (1869-1948) na Índia contra as assimetrias sociais entre as castas (Bramas e Párias). Tal medida impulsionou a correção das desigualdades entre as castas perante a Constituição de Independência da Índia (1935). Aliás, a primeira política afirmativa teve sua gênese em solo indiano.

Em suma, as ponderações do ex-Presidente da República notabilizaram as continuidades do pensamento social brasileiro. Ao ratificar que políticas de reconhecimento e de matriz identitária não seriam admitidas na mirada nacional, rechaçou a tese que estaríamos sob signo da multiracialidade e multiculturalidade. Ou mesmo, ancorou suas premissas sobre o processo “ambíguo” da colonização. Este fenômeno teria produzido o caldeamento cultural, biológico e de valores morais, os quais não poderiam ser rompidos com a incorporação de medidas de cunho racial. Do mesmo modo, buscando formas e fórmulas que embasariam os atos normativos em relação à agenda racial, pareceu entrever em contextos distantes do nosso, como a África do Sul, a ideia de absolvição pelos anos de escravidão

²¹ BRASIL. Discurso da Presidência da República Fernando Henrique Carodoso. Discurso na abertura do seminário internacional - "Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos". PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA. DF. 2 DE JULHO DE 1996. Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br/.../02-07-1996%20-%20Discurso%20FHC%20no%2... Acesso em: 02/02/2015

²² ONU. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. 21 de dezembro de 1965. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tiduniversais/pd-eliminacao-discrimina-racial.html> Acesso em: 02/02/2015.

da população negra. Neste viés, manteve a dubiedade discursiva ao propor que não fossem transplantados modelos exógenos à pátria brasileira, a exemplo dos Estados Unidos.

Sob amparo das lentes de Foucault, captamos que Fernando Henrique buscou generalidades e regularidades na história brasileira de modo a produzir o discurso da verdade sobre o *ethos* do povo. Este conjunto de acontecimentos discursivos buscaram interagir com a materialidade da condição nacional, bem como a incorporação de temas identitários que externalizaram a pluralidade de posições do sujeito e de seus limites possíveis. Além disso, no embate de palavras e argumentos, o líder político pautou suas declarações persuasivas nas necessidades e no contorno de medidas que pudessem responder parcialmente as demandas sociais. Suas prescrições pouco críticas e genealogias participantes do senso comum, comunicaram a tentativa de poder e domínio sobre os processos históricos e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. UNESCO, 1955.

BRASIL. Ministério da Justiça. Anais do Seminário "Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos". Brasília: MJ, 1997.

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.ifhc.org.br/div/programa_nacional_direitos_humanos_FHC.pdf Acesso em: 01/01/2010.

BRASIL. Construindo a Democracia racial brasileira. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Secretaria de Comunicação Social. Biblioteca da Presidência. 1998. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/construindo-a-democracia-racial> Acesso em:10/01-2010.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas**. 29ª Encontro Anual da Anpocs Caxambu, BIB, São Paulo, nº 61, 1º semestre de 2006, pp. 25-52.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mãos a obra**, Brasil: proposta de governo. Brasília: [s.n.], 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos**. Brasília: [s. ed.], 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 20ª edição. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio S.A., 1980. [1933].

FOUCAULT, Michael. (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.)

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro:IUPERJ, 2005. 2ª Edição.

MOÇO, Aline Campos Paiva. **Os 150 anos do início da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América:** resistências, memória e esquecimento. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300311984_ARQUIVO_AnaisANPUH2011.pdf Acesso em:01/01/2010.

MIDDLE TENNESEE. STATE UNIVRSITY. PRIMARY SOURCE SET: JIM CROW IN AMERICA. Library Congress. Disponível em: http://library.mtsu.edu/tps/sets/Primary_Source_Set--Jim_Crow_in_America.pdf Acesso em: 01/01/2010

RIOS, Flávia Mateus. **Elite Política Negra no Brasil.** Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Maio de 2014, São Paulo.